

## **PARECER JURÍDICO**

### **I RELATÓRIO**

Cuida-se de consulta encaminhada pela Secretaria Municipal de Administração, através do Ofício n. 11/2025, acerca do Chamamento Público nº 03/2025, notadamente sobre a legalidade de situações em que prestadores já credenciados e contratados solicitam rescisão do contrato e, em seguida, apresentam nova documentação para novo credenciamento.

A consulente indaga:

1.Se, após a rescisão do contrato, é possível solicitar novo credenciamento;

2.Se, sendo novamente credenciado e obtendo pontuação superior, o interessado retornaria à lista em posição privilegiada aos demais, mesmo tendo se desligado anteriormente.

Passa-se à análise.

### **II DA ANÁLISE JURÍDICA**

#### **a) Natureza jurídica do credenciamento**

O credenciamento é procedimento administrativo típico para contratação de serviços em que não há competição, permitindo que todos os interessados que cumpram os requisitos sejam habilitados. É regido pelos princípios da isonomia, impessoalidade, transparência, eficiência e pela própria lógica do Edital que rege o chamamento.

Ainda que não haja disputa competitiva, quando há ordenação por pontuação, essa lista gera uma fila isonômica para chamamento e contratação conforme necessidade da Administração.

Assim, a lista de classificação integra as regras do edital e deve ser estável, objetiva e respeitada, para impedir favorecimentos, fraudes ou prejuízo aos demais credenciados.

A questão central é se o credenciado que rescindiu o contrato poderia, ao retornar, obter posição privilegiada na lista, especialmente se apresentar pontuação superior. Neste caso, é preciso observar que:

**a)** A lista gera expectativa de chamamento aos demais credenciados, seguindo a ordem estabelecida;

**b)** Permitir que um credenciado se desligue e volte em posição superior afeta a segurança jurídica dos demais e viola a isonomia, prejudicando terceiros que cumpriram regularmente o procedimento;

**c)** O descredenciamento/rescisão é manifestação de vontade do contratado de não prosseguir com o chamamento naquele momento, não podendo tal ato resultar em benefício indevido.

**Assim, para evitar desequilíbrios e assegurar tratamento igualitário, o interessado que se descredenciou e deseja retornar deve ser reposicionado ao final da fila de classificação, independentemente da pontuação que venha a apresentar.**

Tal entendimento visa salvaguardar os princípios da impessoalidade, moralidade e competitividade isonômica, além da lógica administrativa de proteção da confiança legítima dos demais credenciados.

**b) Rescisão contratual e possibilidade de novo credenciamento**

A rescisão contratual formalizada encerra o vínculo jurídico entre Administração e contratado. Nada impede que o interessado, após rescindir, participe novamente do credenciamento. Contudo, o interessado deverá seguir para o final da lista, em respeito aos demais credenciados, independente da sua pontuação.

**III CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se:

**a)** É possível que um prestador que rescindiu o contrato solicite novo credenciamento. Entretanto, não é possível que tal interessado retorne com posição privilegiada na lista, ainda que apresente nova pontuação superior.

**c)** O credenciado que se descredencia e requer novo credenciamento deve ser automaticamente posicionado ao final da lista de classificação, evitando prejuízo aos demais participantes e assegurando o respeito aos princípios da isonomia, impessoalidade e segurança jurídica.

**d)** Recomenda-se consignar expressamente essa regra em despachos internos e, quando oportuno, em ajustes futuros do edital, para evitar dúvidas interpretativas.



É o parecer.

Bocaiúva do Sul/PR, 17 de novembro de 2025.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n° 221.547

OAB/BA n° 63.686

OAB/DF n° 75.483

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
10.412/2019

CNPJ: 37.762.892/0001-78  
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

[www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br](http://www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
[contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br](mailto:contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
[intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br](mailto:intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL  
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO  
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA